

• Política

CONSTITUINTE

Impasse nas gestões entre líderes empresariais e operários

por Miriam Lombardo de Brasília

Os empresários não abrem mão do que chamam de "liberdade de descontratar", os trabalhadores não admitem que a nova carta constitucional deixe de garantir-lhes a estabilidade no emprego. Diante deste impasse não houve acordo entre os representantes dos trabalhadores e a Confederação Nacional da Indústria, que ontem se reuniram na sede da CNI na tentativa de encontrar e encaminhar à Assembleia Nacional Constituinte uma posição única com relação às questões da jornada de trabalho e da estabilidade no emprego.

Os empresários ofereceram aos trabalhadores — representados pela Central Única dos Trabalhadores, pela Central Geral dos Trabalhadores e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria — uma jornada de 44 horas, a ser implantada num prazo mínimo de 24 meses, mas condicionaram esta proposta à aceitação, por parte dos sindicalistas, de uma emenda a ser inserida no texto constitucional que trata sobre a garantia da relação de emprego. A emenda, que é defendida pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, institui o pagamento de uma indenização progressiva e proporcional ao tem-

po de serviço, na forma da lei.

"A emenda proposta pela CNI institui a demissão, e não a garantia de estabilidade no emprego", afirmou o presidente da CUT, Jair Meneguelli, que deixou a reunião informando que uma vez que nenhuma das soluções apresentadas atendia igualmente as duas partes, restará agora a empresários e trabalhadores realizarem seus "lobbies" junto aos constituintes para ver seus interesses atendidos.

Apesar da divergência entre as partes com relação à estabilidade no emprego e à jornada de trabalho, uma nova reunião entre os sindicalistas e a CNI deverá acontecer nos próximos dias. Neste encontro serão discutidos outros temas, como a recuperação do salário mínimo do trabalhador — a CNI está propondo um mínimo de US\$ 100 em 20 meses, o seguro desemprego e a formação de uma nova cesta básica.

Para o presidente da CUT a falta de acordo nos temas discutidos ontem não impede um acordo com relação às outras questões. Já o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, é mais pessimista e acha que o desacordo da reunião de ontem deverá se refletir nos assuntos a serem discutidos futuramente.

REGISTRO

Valadares contra mudanças no sistema

"Não fui eleito para ser relações públicas nem uma espécie de rainha da Inglaterra". Foi o que disse o governador Antônio Carlos Valadares, único do PFL a ser eleito no País, ao convocar a imprensa para apresentar o empresário Walter Barreto Góis, como novo secretário de Indústria e Comércio, mostrando-se radicalmente contrário ao parlamentarismo na Constituinte. Para ele, será um golpe brutal no povo, porque vai eleger um presidente que não terá poderes para governar, segundo informou a agência EBN.

GERALDO MELO

O governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, disse ontem, antes de embarcar para Mossoró, onde participou das comemorações dos 104 anos de libertação dos escravos naquele município que era contra a adoção de um sistema parlamentarista de governo, seja a nível federal, seja estadual.

O governador potiguar disse, segundo a agência EBN, que a Assembleia Nacional Constituinte tem toda a autoridade para decidir acerca da elaboração da nova Constituição, "mas os governadores, como cidadãos e homens públicos, que têm uma responsabilidade política bastante alta, têm também legitimidade para opinar".

PT

A bancada do Partido dos Trabalhadores (PT), formada por dezesseis deputados, encaminhou ontem ofício ao senador Saldanha Derzi, presidente da Comissão de Orçamento do Congresso, comunicando a decisão de recusar-se a utilizar os recursos da subvenção social a ela destinados no exercício de 88. O ofício foi assinado pelo líder do partido, deputado Luiz Inácio Lula da Silva, segundo a agência EBN.

No ofício, a bancada pede que o senador tome as providências necessárias no sentido de que os recursos destinados aos dezesseis deputados não sejam redistribuídos entre os demais parlamentares a fim de não se ver frustrado o objetivo da iniciativa política tomada pelo PT.

PMDB

Quatro vereadores do PMDB de Salvador, todos eles ligados politicamente ao prefeito Mário Kertesz, anunciaram ontem que deixarão o partido para se filiar ao PDT, numa iniciativa que ainda não foi entendida pelos meios políticos baianos, porque não traz, pelo menos aparentemente, nenhum benefício eleitoral a Kertesz ou aos próprios vereadores, nas eleições de 1988.

As quatro filiações já estão marcadas para o próximo dia 17, numa solenidade que deverá contar com a presença de lideranças regionais e nacionais do PDT, segundo a Agência Globo. Para deixarem o PMDB, os vereadores Leite Matos, Carlos Leônico, João Dantas e Raimundo Jorge alegaram discordâncias com a atuação do deputado Genebaldo Correia, (ligado politicamente ao ministro da Saúde, Roberto Santos), na presidência regional do partido.

SNI e Gabinete Civil montam a estratégia do presidencialismo

por Andrew Greenlees de Brasília

O governo ainda confia na aprovação do presidencialismo na Comissão de Sistematização. A informação foi transmitida anteontem à noite pelo ministro chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, a um grupo de membros da Comissão, todos simpáticos à linha presidencialista. Entre os presentes à residência do deputado Prisco Viana (PMDB-BA), estavam sete suplentes da Comissão (que somente votam em caso de ausência dos efetivos) e o ministro chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), general Ivan de Souza Mendes.

Costa Couto também alinhinou as diretrizes básicas pretendidas pelo Palácio

do Planalto: presidencialismo, cinco anos de mandato para o atual presidente e seus sucessores e Congresso fortalecido. A votação em plenário será orientada para emendas que levem a esta configuração. Pelos cálculos do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), os presidencialistas terão entre 48 e 50 dos 93 votos da Comissão. No encontro de anteontem, sem especificar números, Costa Couto falou na possibilidade de atrair constituintes para a tese presidencialista.

"Foi um acerto de comportamento", definiu o deputado Prisco Viana, fiel aliado do presidente José Sarney no Congresso. Os presidencialistas, revelou



Prisco Viana

Viana, procurarão aproveitar-se das divisões entre os parlamentaristas, que divergem entre si quanto ao prazo de implantação do novo sistema, se imediato ou gradual. Mas ficou claro na reu-

nião que também os presidencialistas têm suas diferenças internas. Segundo alguns participantes, o encontro acabou prejudicado porque Sant'Anna e Prisco Viana ligaram o apoio ao presidencialismo à identificação automática com o governo Sarney, o que nem sempre ocorria com os combinados, especialmente do PMDB.

A questão conjuntural foi exemplificada na manifestação de representantes do PFL, como Francisco Dornelles e Edme Tavares, que apresentaram queixas quanto ao tratamento da sua participação na participação governamental.

Apesar de suas posições pelo presidencialismo, o PT e o PDT não participaram do encontro.

Prisão para sonegadores

por Francisca Stella Fagá de Brasília

O projeto de Constituição que está sendo votado há sete dias pela comissão de Sistematização da Constituinte deverá estabelecer claramente a prisão por dívida pelo não pagamento de tributos "recolhidos ou descontados de terceiros".

Por 55 votos contra 32, a Comissão aprovou ontem emenda do deputado Victor Fontana (PFL-SC), que caracteriza como depositário infiel quem não repassar o pagamento de tributos. Seria o caso de empresas que, por exemplo, recebem o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), dos consumidores, ou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos empregados, e não transferem o pagamento ao Fisco, embora sejam responsáveis diretos por ele.

A Constituição vigente estabelece duas exceções para a regra que proíbe a prisão por dívida: uma para o depositário infiel e outra para o caso de descumprimento de obrigação alimentar. Como não está explícito que o depositário infiel de tributos se enquadra entre as exceções, correm na Justiça longas discussões judiciais sobre o assunto. A emenda aprovada deverá pôr fim às discussões.

PENA DE MORTE

Também na sessão de ontem, a instituição da pena de morte no Brasil foi derrotada por 84 votos contra apenas 4 membros da Comissão de Sistematização da Constituinte que apoiaram a proposta do deputado Amaral Neto (PDS-RJ) de alteração do projeto de Constituição.

Não obstante a manifestação inequívoca da comissão, contrária à pena de morte, quase quatro horas seguidas foram destinadas à votação de outras emendas que propunham redações diferentes para a mesma proposta de instituição da pena de morte.

Os deputados Farabulini Júnior (PTB-SP) e Cunha Bueno (PDS-SP) insistiram na votação de emendas propondo a pena de morte para casos de reincidência de crimes violentos. Praticamente uma sessão inteira da comissão esgotou-se e ainda faltam ser votados mais de 95% dos artigos do projeto de Constituição. Pelo cronograma oficial da Constituinte, faltam apenas sete dias para a comissão votar o projeto integralmente.

PAINEL ELETRÔNICO

Duas propostas formuladas ontem à mesa da comissão destinadas a acelerar as votações serão discutidas na manhã de hoje pelos líderes partidários.

Uma delas, apresentada pelo deputado José Costa (PMDB-AL) pretende que o painel eletrônico comece imediatamente a ser usado. Até agora, com as votações por chamada nominal, nenhuma delas demorou

menos que dezessete minutos.

Outra proposta foi apresentada pelo senador Jarbas Passarinho e pelo deputado Francisco Dornelles. Pretendem que os membros da comissão se

levantem de seus lugares quando aprovarem uma emenda. Se, manifestamente, a emenda não tiver chance de ser aprovada, o autor do pedido de destaque pode abrir mão da votação nominal.